

ARQUITETOS ALEMÃES NO SUL DO BRASIL

GERMAN ARCHITECTS IN THE SOUTH OF BRAZIL

Günter Weimer¹

RESUMO

A presente comunicação faz uma avaliação da contribuição de arquitetos alemães com formação superior ao desenvolvimento da arquitetura do Rio Grande do Sul, enumera algumas de suas obras para concluir com a discussão sobre ganhos e perdas resultantes de sua emigração ao extremo sul do Brasil.

Palavras-chave: Arquitetura teuto-brasileira. Arquitetura erudita da imigração alemã. A arquitetura no Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This paper presents an assessment of the contributions of German architects with higher education in architecture on Rio Grande do Sul, lists some of their most significant works and conclude with the discussion about the advantages and losses resulting from their emigration to the extreme south of Brazil.

Keywords: *German-brazilian architecture. Scholarly architecture of German immigration. The architecture in Rio Grande do Sul.*

INTRODUÇÃO

Nos primórdios, a história da arquitetura erudita no Rio Grande do Sul, da mesma forma como a da brasileira, era apresentada como tendo dois períodos “dignos de serem indexados” que foram os do barroco e do modernismo. Esta concepção continha um grande desprezo pelo período que se estendia desde a abertura dos portos até o fim da II Guerra Mundial. Este era o entendimento dos historiadores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no início de sua existência e assumida pelo ensino do curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes. Como os primeiros historiadores da arquitetura rio-grandense fizeram a sua formação no Rio de Janeiro, esta concepção era consensual e indiscutível. Talvez mais por dever de ofício do que por convicção de sua qualidade, algumas poucas obras no Rio Grande do Sul acabaram por ser arroladas

¹ Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Professor titular aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FAU-PUCRS. E.mail: gunterweimer@gmail.com

nas listas de bens patrimoniais protegidos, com amplo destaque para as ruínas da Missão Jesuítica de São Miguel Arcanjo. Ainda que algumas obras tivessem sido construídas ao tempo das mais relevadas igrejas de Minas Gerais e que tivessem sido projetadas por arquitetos da mais alta expressão nacional como José Fernandes Pinto Alpoim, José Custódio de Sá e Faria, Manuel Vieira Leão e João Francisco Rocio que deixaram obras relevantes em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, estas eram tidas como sendo de menor valia quando não totalmente desprezadas. Segundo estes autores, as primeiras obras de arquitetura “dignas” começaram a ser projetadas a partir a formação dos primeiros arquitetos modernistas, nos inícios da década de 1950 e da fundação do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil, nesta mesma época, por meia dúzia de arquitetos com formação no Rio de Janeiro, em Montevideu e um que outro de algum país europeu.

Quando foram instituídos os cursos de pós-graduação e resolvemos fazer o nosso mestrado com o tema da arquitetura popular da imigração alemã, fomos indagados com ares de uma velada advertência de que estaríamos trilhando um caminho sem importância posto que a academia só estava interessada na produção de arquitetos com formação superior.

Esta seria uma tarefa difícil, senão impossível, se fosse verdade que não havia arquitetos “dignos” no Estado. Como fizemos nossa pós-graduação em história da cultura, já havíamos realizado pesquisas em arquivos locais onde nos defrontamos com uma rica documentação sobre profissionais gabaritados, entre os quais havia referências a diversos nomes alemães.

Uma das primeiras surpresas foi descobrir que já em agosto de 1898 foi criado um curso de arquitetura na Escola de Engenharia local para a qual haviam sido contratados arquitetos dos mais diversos países, entre os quais, alguns alemães. Em data bem recente pudemos comprovar que este não foi o primeiro curso instalado no Estado, pois já em inícios da década de 1860 o Major de Engenheiros Maximilian von Emmerich se responsabilizou por um curso de arquitetura na Escola Militar de Porto Alegre. É bem verdade que este curso se destinava ao ensino de projetos para fins militares (quartéis e fortes), mas a documentação demonstrou que a falta de mão-de-obra qualificada fez com que os oficiais aí formados fossem absorvidos pela Secretaria de Obras Públicas e, como tais, tiveram ampla atuação na concepção e na construção dos mais diferentes setores da construção civil. Isto provou que não foi apenas o exército brasileiro que foi criado por militares alemães, mas o ensino da arquitetura também!

No entanto, a presença de construtores alemães foi bem anterior

a esta data. Ao que tudo indica o primeiro a vir ao Rio Grande do Sul foi Ernesto Frederico de Werna Bilstein, na condição de veador (inspetor) da Casa Real. Como indica a forma aporuguesada de seu nome, viera com a Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Ainda não dispomos de dados claros sobre sua origem. Supõe-se que tenha nascido em Lisboa, como filho de pais alemães. Sua atuação foi principalmente política, como Secretário e Deputado; sua participação na condução de obras de engenharia foi mais discreta. Participou do balizamento da Lagoa dos Patos, na desobstrução do Rio Jacuí e na construção de faróis.

A participação de arquitetos alemães natos no Rio Grande do Sul está diretamente vinculada à formação do Exército Brasileiro sob o comando do Marechal-de-Campo Gustav Heinrich von Braun em 1826. Este tinha sob suas ordens o Capitão de Engenharia Samuel Gottfried Kerst que foi encarregado de construir e reformar quartéis ao tempo da Guerra contra Rosas. Quando surgiram as primeiras inconformidades com o governo central e que levariam, mais tarde, à Guerra dos Farrapos, mostrou-se um ardoroso monarquista e sua lealdade a D. Pedro I lhe causou grandes incômodos ao ponto de ter sido encarcerado e mandado, sob condições humilhantes, ao Rio de Janeiro de onde acompanhou o Imperador em sua volta à Europa. O Brasil haveria de pagar caro por estas humilhações: mais tarde, de volta a Berlim, teve destacada atuação política como deputado e ministro, sendo um dos principais responsáveis pelo famoso Rescrito von der Heydt que impunha restrições à imigração a nosso país.

Juntamente com Kerst, veio o capitão Johann Martin Buff que era sobrinho da Carolina Buff que foi uma das paixões do poeta Wolfgang von Goethe e era aparentado do médico e naturalista Hermann von Ihering. Com a desmobilização das tropas contratadas para combater Rosas, se estabeleceu em Rio Pardo onde contraiu núpcias com a filha do intendente daquela cidade. Certamente isto lhe deu projeção social que lhe proporcionou uma destacada atuação naquela região como construtor de pontes, igrejas e trabalhos de urbanismo. Sua obra mais importante foi o hospital de Rio Pardo que nunca chegou a funcionar como tal. Quando o prédio estava em fase de conclusão, desavenças entre os militares levaram a que a Escola Militar fosse temporariamente transferida de Porto Alegre para aquela vila. Esta obra se tornou famosa pelo fato de nela terem estudado diversos militares de grande projeção nacional. Hoje o prédio está totalmente reciclado e se constitui numa das obras mais significativas dos inícios da arquitetura de tradição clássica do Estado.



Fig. 1: Colégio Militar de Rio Pardo, de Johann Martin Buff, por volta de 1850.

Com a desmobilização das tropas foi formada uma primeira Companhia de Pontoneiros Prussianos sob o comando do Capitão Friedrich Pickart, de naturalidade austríaca, mas que fora contratado na Inglaterra a cujo rei prestava serviço militar. Sua folha de serviços no ramo da construção não foi relevante ao contrário de muitos de seus comandados entre os quais cumpre destacar o já citado Maximilian von Emmerich, Robert Ditrich, Florian von Zurowski, Karl Hermann Johann Adam Woldmar que se tornou mais conhecido por seu título de nobreza, Barão de Kahlden, Otto Edgar Tiedemann e Oscar Robert Hennig. A formação militar dos mesmos fez com que se dedicassem, prioritariamente, ao projeto e construção de obras militares, mas a escassez de mão-de-obra qualificada levou a que se engajassem em obras civis de toda ordem, principalmente em obras governamentais como Câmaras Municipais e Cadeias que eram imprescindíveis no restabelecimento da ordem interna da Província depois da devastadora Guerra dos Farrapos que teve uma duração de uma década. Como a maioria era protestante, surgiu um interessante impasse com a reconstrução das igrejas que, segundo o relatório presidencial de 1848, todas haviam sido saqueadas e muitas precisavam ser totalmente reconstruídas. Apesar da intolerância religiosa então em vigor – o culto protestante só podia ser praticado em forma doméstica – foram estes construtores que se responsabilizaram pela construção de diversos templos católicos, fato que foi tolerado por terem sido contratados pela Secretaria de Obras Públicas. Suas maiores contribuições, no entanto, se processaram na área da construção civil – especialmente em pontes e na abertura de estradas e construção de pontes

que se constituía num programa estratégico prioritário diante da sempre temida invasão das tropas castelhanas.

Alguns militares se estabeleceram no interior e suas biografias são menos conhecidas como é o caso de Edward Kretschmer que foi o autor do projeto do famoso Teatro Sete de Abril, de Pelotas, que consta ser o mais antigo teatro do Brasil ainda em funcionamento. Possivelmente tenham pertencido a este contingente de militares Karl Ernst Ludwig Mützell, de São Leopoldo, Adolf Kemmerich e Philipp Leonard Niederauer, de Santa Maria.

A partir do fim da Guerra dos Farrapos também apareceram profissionais civis. Peter Kleudgen que foi o administrador da nova Colônia de Santa Cruz. Uma das primeiras iniciativas da municipalidade de Pelotas após a Guerra dos Farrapos foi contratar o arquiteto Robert Öffer, em Montevideú, para projetar a matriz que se pretendia construir na praça principal da vila. Por razões desconhecidas, este projeto não foi concretizado, mas o arquiteto não ficou no prejuízo por ter sido encarregado do projeto do Mercado Público daquela comarca. Não é sabido se realizou outras obras na região, mas é certo que se estabeleceu na vila de Rio Grande como um dos primeiros fotógrafos das Américas o que é evidenciado no simples fato de que o processo acabara de ser inventado. Lamentavelmente, não se sabe que destino levou o seu acervo.

Porém, a mais destacada atuação coube a dois arquitetos que se estabeleceram em Porto Alegre. O mais conhecido foi Georg Karl Philipp Theodor von Normann, natural de Halle e formado na Universidade Técnica de Dresden. Foi o autor dos mais importantes edifícios da capital como o Teatro São Pedro, a Câmara Municipal, o Liceu Dom Afonso (depois, Escola Normal), a igreja do Menino Deus, a ampliação da Assembléia Legislativa e foi o construtor do Colégio Santa Teresa que se constitui numa das duas únicas obras realizado fora do Rio de Janeiro por Grandjean de Montigny, o famoso arquiteto da assim chamada Missão Francesa de 1816. Deixou numerosas obras pelo interior entre as quais a ponte sobre o Rio Jacuí que se constituiu na maior obra da província daquela época.

Seu contemporâneo foi Friedrich Heydtmann, natural de Hamburgo. Suas primeiras obras foram diversas fontes de água na cidade que receberam registros elogiosos na Câmara Municipal. A seguir, elaborou, com von Normann, o projeto do Liceu Dom Afonso. Nesta época venceu um concurso de arquitetura de um “modelo” de prisão (possivelmente o primeiro a ser realizado no país) para ser edificado nas diversas comarcas do interior. Este projeto o qualificou para ser encarregado do projeto da Cadeia de Porto Alegre que viria a ser construída sobre um aterro no estuário do Guaíba. Esta foi uma obra revolucionária menos por suas avantajadas dimensões, mas pelo fato de ter sido a primeira construção a possuir água encanada e esgoto

cloacal. Nesta época projetou a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Sua transferência para Rio Pardo, em 1851, fez com que fosse encarregado de projetar obras relevantes no centro da Província, entre elas a primeira rua pavimentada em Rio Pardo e que viria a servir de modelo para obras semelhantes que passaram a ser realizadas tanto na capital como no interior a partir de 1858.

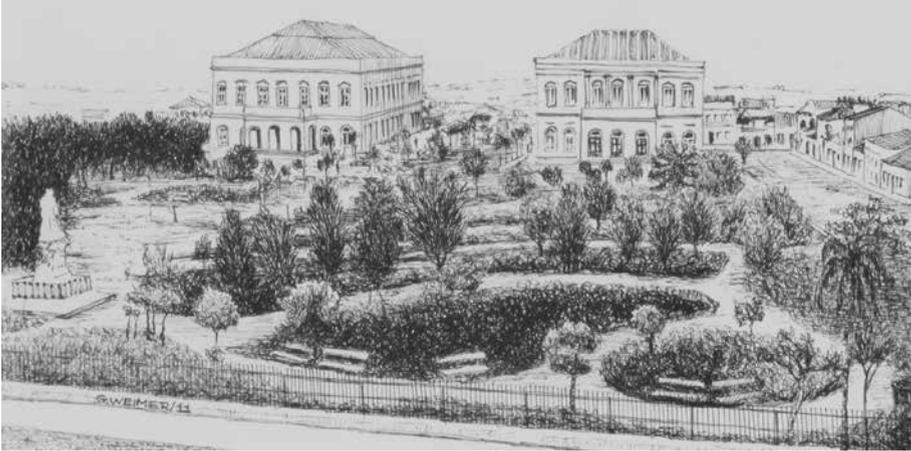


Fig. 2: Praça da Matriz com o Teatro São Pedro e a Prefeitura Municipal, projetos de Philipp von Normann, de 1848.

A par destes profissionais categorizados, um grande número de mestres de ofício se estabeleceu nas mais diversas vilas e cidades da província que qualificaram com suas respectivas especializações, as construções de seu tempo.

Por razões ainda não bem esclarecidas, por volta da segunda metade da década de 1850 surgiu uma onda de descrédito sobre a capacidade dos profissionais estrangeiros – que na época queria dizer “alemães” – que, com certeza, tinha a ver com confrontações políticas e talvez com o descontentamento dos profissionais nacionais diante da importância adquirida pelos imigrados ou, ainda, com a ação da marinha inglesa ao dar um fim definitivo no comércio escravagista no Atlântico-Sul. O fato é que em 1858 a Assembléia Legislativa aprovou uma lei que demitia todos os técnicos estrangeiros dos quadros administrativos provinciais. Os presidentes provinciais que eram nomeados pelo governo central, protelaram o mais possível a realização deste ato, mas contornaram a ação através de subterfúgios. Os militares foram transferidos para o Rio de Janeiro onde tomaram parte intensiva na preparação da Guerra contra o Paraguai na qual alguns se destacaram por “atos de bravura”. Emmerich terminou seus dias no Rio de Janeiro fazendo traduções e versões de autores alemães e brasileiros.

Os civis não tiveram este privilégio, mas acabaram por ser absorvidos pelas administrações municipais. A esta época, Normann veio a falecer precocemente, mas Heydtmann teve destacada atividade na municipalidade de Porto Alegre na qual realizou projetos de urbanização de ambos os lados da península (a assim chamada Cidade Baixa e o aterro pelo lado setentrional), de projetos de arquitetura com destaque ao Mercado Público e ao prédio da Beneficência Portuguesa.

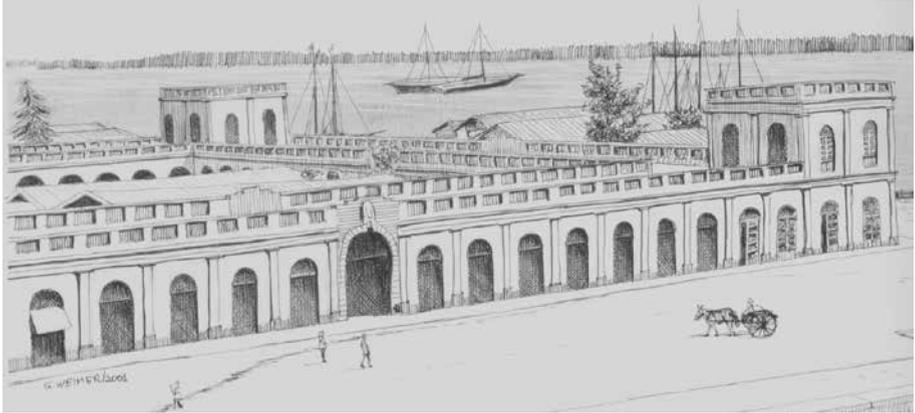


Fig. 3: Mercado Público de Porto Alegre, projeto de Friedrich Heydtmann, de 1860.

Esta fase foi por demais importante para a Província pelo fato de ter promovido a atualização da linguagem arquitetônica que – segundo a interpretação oficial (aqui entendida pelas teses esposadas pelos técnicos do IPHAN e dos professores da Escola Nacional de Belas Artes) – teria sido introduzida no país pela hipotética “Missão Francesa”, ou seja, com a substituição do barroco pelo neoclassicismo. Esta renovação aconteceu no sul com algum atraso devido à conflagração da província, mas, depois da pacificação, se impôs de forma muito rápida. Em consequência, sua duração foi curta e, em breve, houve uma adesão à linguagem eclética que passou a ser hegemônica a partir do início da década de 1870. Marcante, neste sentido, foi o projeto da Beneficência Portuguesa, a última obra de Heydtmann.

A partir do fim da Guerra do Paraguai, a desmobilização das atividades bélicas levou a um arrefecimento das atividades econômicas e a uma diminuição das atividades construtivas. Mesmo assim, houve a imigração de alguns profissionais que imprimiram novos rumos à arquitetura provincial. Aqui cabe especial destaque ao mestre Johann Gruenewald, natural da cidade de Colônia onde fez seu aprendizado na conservação de sua afamada catedral. Começou sua vida como escultor de pedras tumulares no interior do município de Montenegro. Sua fama se espalhou rapidamen-

te e a re-introdução da ordem dos jesuítas fez com que seus integrantes o contratassem para projetar as novas instalações da ordem. Segundo os dados disponíveis, coube a ele realizar o primeiro projeto de igreja gótica com a Matriz de Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo cujas obras foram iniciadas a cinco de maio de 1865 e que, a partir de então, haveria de se tornar a expressão mais utilizada em templos eclesiásticos no país. Seu projeto da ponte sobre o Rio dos Sinos fez sua fama chegar a Porto Alegre onde foi encarregado da construção do prédio da Cúria Metropolitana que tem sido citada como uma das obras mais representativas da cidade. Com a nova constituição republicana foi decretada a separação entre Estado e Igreja, o que levou a que houvesse uma intensa mobilização na construção de templos, conventos e escolas o que ocorreu a favor de Gruenewalt que realizou – segundo dados indicativos de almanaques católicos – um grande número de projetos para o interior do Estado que ainda estão por ser identificados, em parte. Em Porto Alegre foi encarregado dos projetos das igrejas do Menino Deus (nova), da Igreja Evangélica Luterana e de São José (antiga).

À mesma época, imigrou Wilhelm Ahrons que começou sua vida profissional como agrimensor passando a construtor de estradas e à engenharia civil. Como tal foi contratado pela intendência de Porto Alegre onde se encarregou do planejamento da cidade e das obras municipais. Nesta época, abriu uma firma construtora com Johann Gustav Schmitt com o qual projetou e construiu o Colégio Militar, a sede do Banco da Província e a filial do Banco do Brasil, além de alguns dos primeiros palacetes em áreas nobres da cidade. Em inícios do novo século, passou sua firma para o nome de seu filho mais velho, Rudolf Ahrons, que fez seu curso de engenharia civil na Universidade Técnica de Berlim. Este se tornaria um dos primeiros professores do curso de arquitetura da Escola de Engenharia, em 08/1898, mas sua fama correria por conta de sua firma construtora que foi a mais importante do Estado antes da I Guerra Mundial.



Fig. 4: Colégio Militar, segundo projeto de Wilhelm Ahrons, de 1882.

1 O período da República Velha

É difícil dizer se foi a abolição da escravatura ou a proclamação da república que teve maior repercussão na Alemanha. Certo é que a primei-

ra foi um marco decisivo na evolução econômica do Estado. Com a relativa marginalização dos escravos do processo produtivo, o charque perdeu grande parte de seu significado e a agricultura assumiu o papel de principal fonte de acumulação de capitais. Estes passaram a financiar os empreendimentos fabris pioneiros através de uma rede regional de bancos que se constitui num caso *sui generis* da história econômica do país. Estes empreendimentos evoluíram a partir de oficinas artesanais em que se destacaram os imigrantes alemães.

Vários fatores contribuíram para que este novo panorama desenvolvimentista passasse a atrair um progressivo número de profissionais de todas as esferas, entre os quais, muitos construtores. Aqui é necessário fazer um parêntesis para assinalar que após a Guerra Franco-Prussiana e a consequente Unificação Alemã, foram criados numerosos “cursos de construção” cujo apanágio era unir numa mesma formação a arquitetura e a construção civil, a concepção com a prática no canteiro de obras, com a finalidade de tirar a Alemanha de um significativo atraso tecnológico em relação aos demais países da Europa Ocidental. Eram cursos intensivos, de três anos, com uma carga total de mais de quatro mil e oitocentas horas/aula, o que excede a média da maioria dos cursos de arquitetura de nosso país, na atualidade².

Esta formação massiva de “construtores” se processou em paralelo a cursos nas tradicionais universidades de origem humanística e das quais se derivaram para formar as assim chamadas Universidades Técnicas cujas finalidades eram mais dirigidas à formação de especialistas altamente qualificados. É necessário assinalar a existência desta sutileza específica da Alemanha recém-criada para entender as conseqüências que ela iria gerar após a regulamentação profissional aprovada em nossa constituição de 1933 e regulamentada no ano seguinte.

Por ora cumpre assinalar que após a proclamação da república e, em especial, após os conflitos armados que sacudiram o Estado entre 1893 e 96 houve uma explosiva migração para as cidades onde a instalação de fábricas dos mais variados gêneros servia de atração de mão-de-obra que teve seu maior incremento nas vésperas da I Guerra Mundial devido à acumulação de capitais que foi facultada através da exportação de cereais que se constituíam nos bens de consumo “não perecíveis” e adquiriam preços muito favoráveis na medida em que se destinavam ao abastecimento dos armazéns das potências que estavam se preparando para o conflito iminente.

2 Em seu tempo, o curso de arquitetura da Escola de Engenharia comportava cerca de mil e duzentas horas/aula.

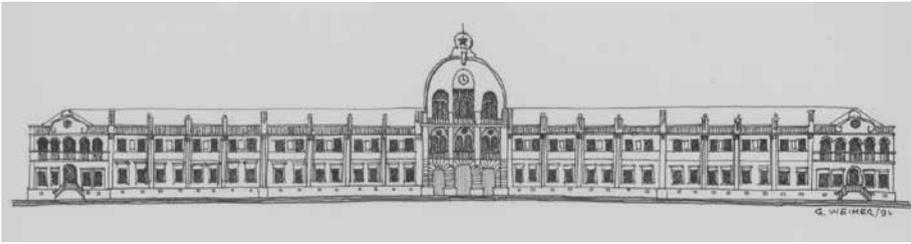


Fig. 5: Colégio Militar de Porto Alegre, em sua ampliação de Hermann Otto Menchen.

Este afluxo de capitais fez com que engrossasse cada vez mais a vinda de “construtores” que encontravam um mercado de construção civil em expansão, necessitado de profissionais capacitados. Levantamentos por nós realizados até 2002, listaram quase quinhentos profissionais atuantes no Estado no período que se estende desde a proclamação da república até a formação dos cursos de arquitetura ao fim da II Guerra Mundial (mais exatamente, 491). Esta listagem, entretantes, cresceu consideravelmente e não apresenta indícios de que esteja próxima de ser completa. Segundo estes dados, aproximadamente a metade destes profissionais eram “alemães”, termo que aqui deve ser entendido como sendo de fala alemã³.

Como pode ser percebido, não seria possível aqui fazer um apanhado metucioso da atuação dos mesmos devido ao seu número avantajado. Mas pretendemos apresentar algumas motivações que os atraíram. A criação da Universidade através de seus cursos de Engenharia, Direito, Medicina e Belas Artes trouxe um bom número de profissionais que animaram o panorama cultural da cidade e o enriquecimento – especialmente das elites teutas – abriu a possibilidade de atuação profissional de projetistas e artesãos que passaram a ser formados pelas escolas de artes e ofícios que foram sendo fundadas, primeiro em Porto Alegre, e depois se estenderam para todo o interior do Estado.

Outro fator de atração foi a constituição de importantes empresas comerciais que importavam equipamentos pesados e que requeriam a experiência na instalação dos mesmos. Referimo-nos aqui especialmente às caldeiras a vapor de água que se constituía na força motriz mais comum. Por esta via passaram a se dedicar ao projeto e à construção das fábricas.

O enriquecimento geral da sociedade passou a propiciar a intensificação de viagens à Europa, para fins de negócios, de turismo e de visita a parentes. Através destes contatos, arquitetos alemães ficaram sabendo que havia um mercado profissional promissor no Estado e, especialmente, em

³ Entre eles se contavam suíços, austríacos, tchecos, noruegueses e holandeses.

Porto Alegre. E desta forma acabaram por se transferir para esta cidade.

A constituição das primeiras empresas de construção civil também foi motivo de contratação de profissionais diretamente na Alemanha e, como nesta época, o Estado estava muito mais vinculado a Buenos Aires e Montevideú tanto econômica como culturalmente, um número não desprezível de alemães foi contratado naquelas capitais. Cumpre assinalar que a região do Rio da Prata desfrutava, nesta época, de grande desenvolvimento econômico e a Argentina se constituía numa das maiores potências econômicas do mundo. Por esta razão, havia uma forte emigração para aqueles países e diversos arquitetos foram ali contratados para trabalhar no Rio Grande do Sul. Com os mesmos também vieram diversos escultores alemães que, com o paulatino retrocesso da decoração plástica das fachadas, encontraram ocupação profissional na elaboração de projetos arquitetônicos e na construção.



Fig. 6: Postal antigo sem indicação de autoria. A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional (hoje MARGS) e os Correios e Telégrafos (hoje Memorial do RGS), dois projetos de Theo Wiederspahn, de 1911. Entre os dois, pouco recuado, está o prédio da Alfândega, projeto de Hermann Otto Menchen, de 1923.

Também é pertinente aqui assinalar que firmas construtoras internacionais mantinham filiais numa destas duas capitais e o Rio Grande do Sul estava incluído no território de sua atuação. Especialmente no entre-guerras, as firmas Gruen & Bilfinger e Dickerhoff & Widmann venceram concorrências importantes tanto na construção de estradas como em construção civil fazendo com que um bom número de profissionais passassem a exercer suas atividades em solo rio-grandense. Como é sabido, no fim da década de 1920 se fez sentir a grande crise internacional. Como os efeitos da mesma se mostraram menos agudos na América, a absoluta maioria dos empregados destas firmas se estabeleceu, em definitivo, entre nós. Alguns projetos de arquitetura foram realizados na Alemanha como a Igreja de

Cristo, em São Leopoldo e o Hospital Alemão (hoje, Moinhos de Vento) que também motivaram a vinda de arquitetos alemães.

Consta que alguns vieram no simples espírito de aventura e acabaram por se estabelecer em definitivo como foi o caso do norueguês Johan Ole Baade que se tornou cônsul de seu país para o sul do Brasil e granjeou grande reconhecimento como arquiteto. Nesta época, os países nórdicos não tinham universidades técnicas e seus profissionais se formavam na Alemanha. No caso de Baade, em Berlim.



Fig. 7: Palacete de Carlos Barth, projeto de Adolf Heinrich Siegert, de 1926.

Mas o fator que mais atraiu construtores foi, sem dúvida, o trágico fim da I Guerra Mundial para a Alemanha. É evidente que os violentos bombardeios do país que causaram enormes estragos no país abriram grandes possibilidades de trabalho para os arquitetos na exata medida em que se processou a reconstrução. Porém, a destruição causou uma enorme prostração no país e o humilhante Tratado de Paz que os alemães foram obrigados a assinar levou a uma grande descrença no futuro do país. Nestas condições, a emigração se constituiu num lenitivo eficiente e foi a responsável pela vinda de um contingente significativo de profissionais.

A conseqüência imediata destas condicionantes foi uma marcante “germanização” da arquitetura sul-rio-grandense. Esta passou por diversas fases evolutivas, mas cuja marca mais perceptível foi a fidelidade à linguagem do barroco modernizado. Explico melhor: na maior parte dos países europeus, a revolução industrial se processou pela substituição do poder dos nobres pela dos “burgueses” que hoje denominaríamos de “empresários”. Nestes países, o barroco era identificado com o universo ideológico de nobreza de sangue em oposição ao empresariado que preferia se identificar com o classicismo devido ao seu racionalismo estético. Deste modo, a linguagem eclética que se tornou hegemônica depois de um esgotamento das possibilidades do classicismo, tendia muito mais para manipulações com os elementos oriundos do último posto que os elementos barrocos eram tidos como retrógrados.

Este processo não se repetiu da mesma forma na Alemanha já que a modernização institucional foi, em ampla medida, conduzida pela baixa nobreza o que garantiu a sobrevivência dos barroquismos na evolução para o ecletismo. A presença dos arquitetos alemães fez com que estas características fossem conservadas em muitos dos prédios por eles projetados e conferiu uma personalidade própria à arquitetura rio-grandense deste período.



Fig. 8: O empório comercial de Nicolau Ely, projeto de Theo Wiederspahn, de 1922.

O processo abolicionista e a conseqüente proclamação da república ocorreram de forma tranqüila, sem maiores percalços já que, a rigor a abolição já havia ocorrido anos antes da aprovação da “Lei Áurea”. Mas a eclosão da guerra interna em 1893 e a selvageria com que ela se desenvolveu fizeram com que se formasse um forte movimento de migração interna das populações rurais que buscavam abrigo nas cidades e vilas com a esperança de encontrar emprego nos estabelecimentos fabris que estavam se formando de uma forma bastante equilibrada nas regiões da pequena propriedade. Estes confrontos tiveram um caráter revanchista da parte dos latifundiários pecuaristas que não souberam se adequar aos desafios modernizadores que a abolição estava imprimindo ao país. Esta transformação não teve um reflexo muito grande na arquitetura, porque este afluxo populacional era emergencial e as necessidades eram as de abrigar os migrantes em condições mínimas de habitabilidade o que levou à formação de numerosos cortiços de fundos de quintais. O enriquecimento de parte da população entre os quais se destacaram algumas famílias teutas, iniciou um processo de construção de “vilas” (palacetes) nas periferias que puderam ser urbanizadas mediante a expulsão das populações negras que aí haviam construídos seus barracos e formado extensas vilas de “malocas” – hoje denominadas de “favelas” – sob a justificativa da questionável desculpa de “moralizar” aquelas áreas.

Porém, a preparação da I Guerra fez com que o Estado fosse tomado por um forte desenvolvimento em sua maior parte devido aos preços altamente compensatórios que os cereais adquiriram no mercado internacional por se constituírem em alimentos não perecíveis, passíveis de serem armazenados e destinados ao consumo durante o conflito. Esta situação favoreceu amplamente a capital do Estado por ter propiciado a transferência para ela das insipientes indústrias interioranas. Por um lado, as colônias que até então se desenvolviam em boa parte à margem da economia estatal, de modo isolado e ensimesmado, foram premiadas com a abertura de vias de comunicação terrestres e hídricas, através das quais podiam escoar sua produção a preços compensadores. Isto favoreceu o desenvolvimento de uma arquitetura dentro da linguagem eclética, de tendência abarrocada. Para programas socialmente mais significativos como igrejas e clubes passaram a ser contratados inclusive arquitetos de renome.

Quem, porém, tirou maior proveito desta nova situação foram os comerciantes “teutos” que intermediavam as trocas de produtos coloniais por importados. Neste processo coube um papel importante aos caixeiros viajantes que se constituíam no elo entre os empórios de Porto Alegre com

as “vendas” coloniais. Quando eclodiu o surto de industrialização, por conhecerem bem as necessidades dos colonos, se associavam com artesãos empreendedores para reunirem forças e ampliar seus estabelecimentos. Esta associação teve amplo sucesso, especialmente quando arrebentou a guerra e as importações se tornaram impossíveis devido às dificuldades da navegação transoceânica. O súbito enriquecimento, tanto de comerciantes como de industriais, foi a principal motivação de um esplendoroso desenvolvimento da arquitetura tanto governamental como privada e, sem dúvida, se constituiu numa das fases mais marcantes da arte. Sem exagero, pode-se afirmar que nos anos que precederam a I Guerra, Porto Alegre foi transformada num imenso canteiro de obras que marcaram o ponto mais alto da arquitetura local, que se caracterizou pelo emprego das mais variadas linguagens arquitetônicas cuja conjugação sob o ecletismo, se constituía num permanente desafio à criatividade formal.

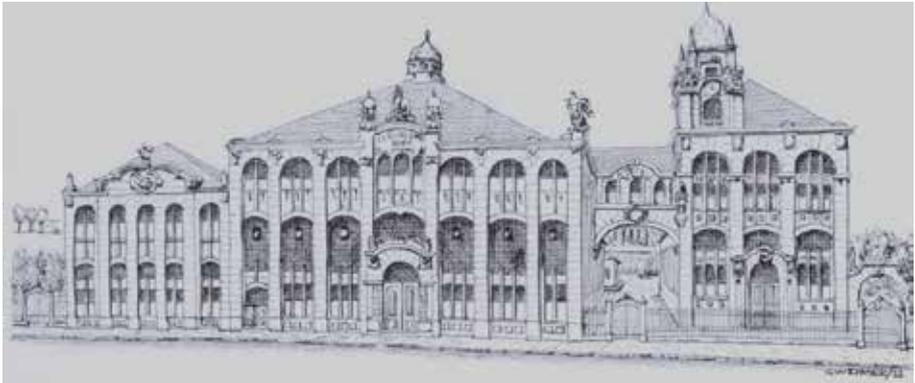


Fig. 9: Três prédios da Cervejaria Bopp: da esquerda para a direita, o primeiro do início do século, de provável autoria de Hermann Otto Menchen, o do meio, de 1909, com autoria de Theo Wiederspahn e o da direita, de 1914, também de Wiederspahn.

Como seria de esperar, a I Guerra representou um freio nestes investimentos e quando o Brasil entrou no conflito, diversos empreendimentos teutos foram saqueados e se processou uma debandada para o interior como forma de autodefesa. Depois do fim do conflito pode ser contabilizado o fechamento de diversas firmas e listas negras obstaculizavam a atuação de profissionais “alemães”. Só aos poucos os ânimos foram serenando e as atividades começaram a voltar ao seu ritmo anterior.

Neste tempo, porém, surgiu um contratempo: imaginando que a

4 Casas de negócio que disponibilizavam toda a gama de produtos de interesse dos agricultores.

paz voltaria a trazer de volta a intensidade das atividades comerciais internacionais, o governo estadual promoveu avultados investimentos que não puderam ser saldados, levando a uma acentuada crise econômica. Esta foi aproveitada pelas antigas elites latifundiárias para tentar destituir o governo dominado pelos positivistas através de continuadas fraudes eleitorais e o Estado se precipitou em novo conflito interno que novamente foi marcado por sua extremada crueldade.

Desta vez a paz foi restabelecida pela intervenção do governo central, mas as dificuldades financeiras redirecionaram a forma de encarar a arquitetura pondo fim ao período que comumente tem sido denominado de *belle époque*. A partir de então houve um progressivo despojamento da decoração das fachadas e das massas construídas como um todo, dando lugar a uma linguagem que denominados de “objetividade”, como uma tentativa de caracterizar o que os alemães chamavam de *sachlichkeit* e que nas publicações locais foi denominado equivocadamente de “arquitetura sem estilo”. Este despojamento estava em plena concordância com o que estava acontecendo na Alemanha e muitas construções locais acompanhavam os ditames que foram divulgados pela Bauhaus e propiciaram realizações que poderiam ser confundidas às daquela instituição.

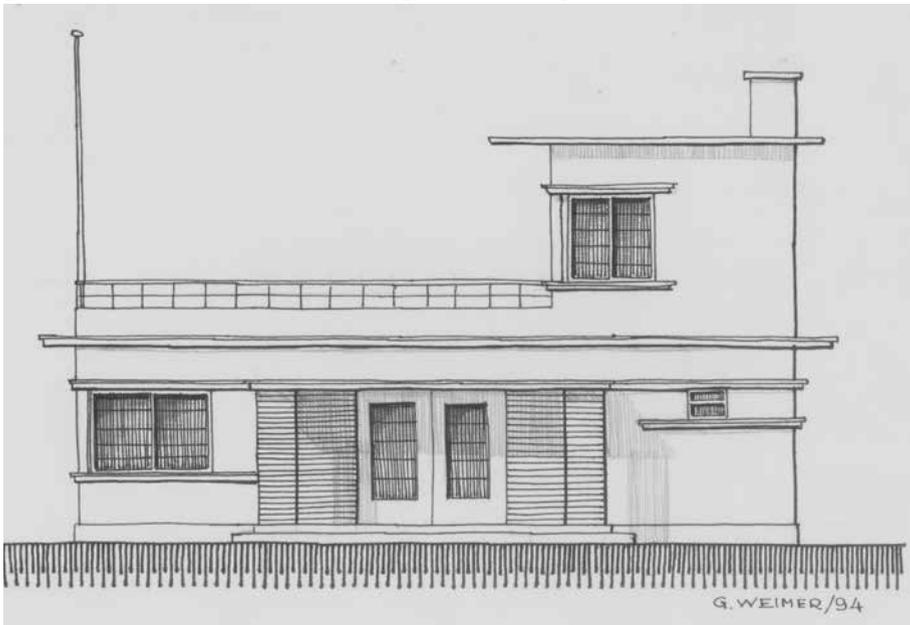


Fig. 10: Residência A.D. Aydos, projeto de Franz Filsinger.

O mesmo também pode ser dito a respeito das realizações das Escolas de Ofícios que já haviam começado a ser criadas a partir de 1906 e se es-

palharam pelo interior do Estado com o fito de formar pessoas capacitadas em administrar os empreendimentos industriais em expansão. Cumpre assinalar que a demanda desta espécie de formação era tão grande que a par dos cursos da Escola de Engenharia também houve uma escola mantida pelo empresariado teuto denominada de Gewerbeschule (ou seja, Escola de Ofícios) que, a despeito da interrupção decorrente da I Guerra, funcionou até às vésperas da II Guerra.

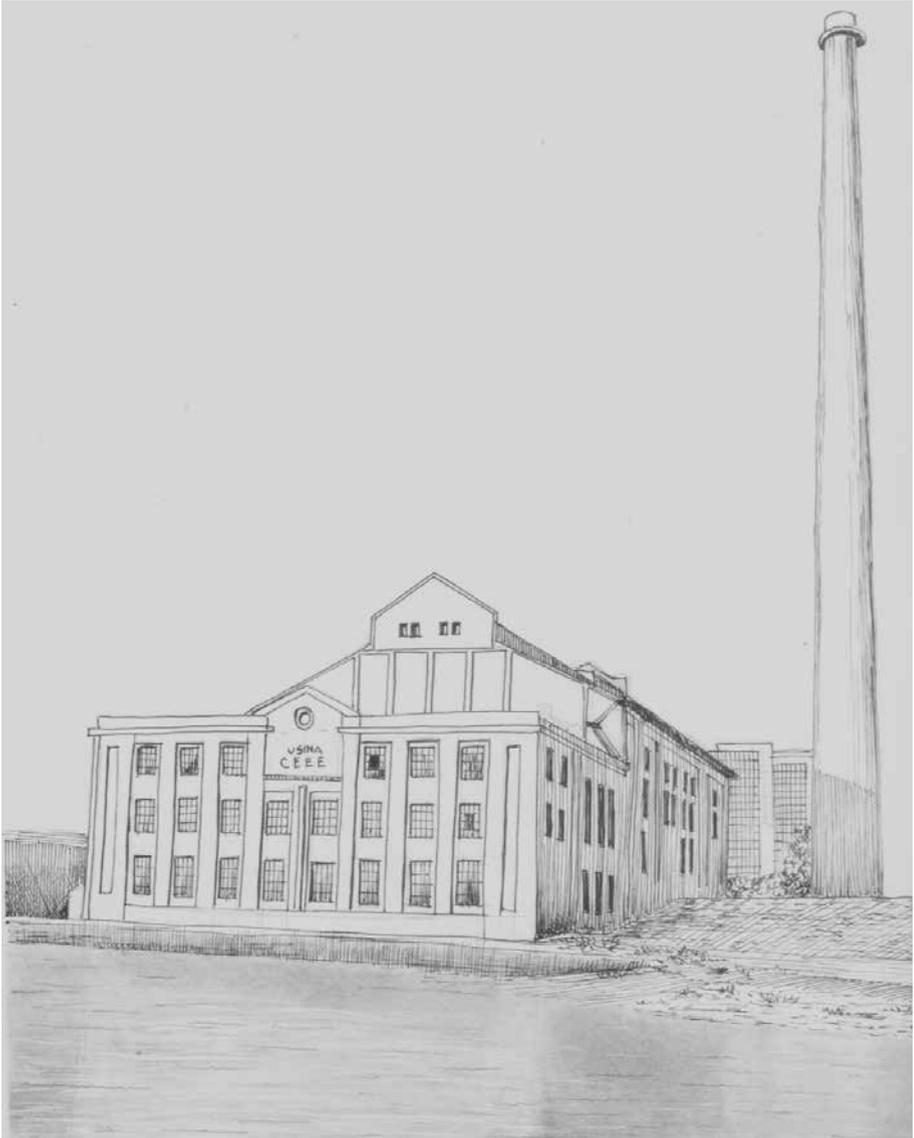


Fig. 11: Usina do Gasômetro, projeto de Anton Floderer & Robert Prentice, de 1924.

Esta fase evoluiu de forma muito criativa na medida em que ao lado de uma arquitetura despojada, mas nem por isso despreziosa que atendia ao imaginário das elites mercantilistas, desenvolveu-se uma segunda corrente, à época denominada de “utilitária”, na qual se percebe a aplicação dos princípios que seriam o apanágio da chamada “arquitetura moderna” bem antes da publicação da Carta de Atenas.

Nova perturbação surgiu com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929. De início, a crise por ela desencadeada pouco se refletiu no Estado pelo fato de ter desenvolvido um mercado interno bastante dinâmico. Todavia, os estados do centro-sul – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – que detinham o poder político da Nação, sentiram os reflexos desta crise de forma violenta o que levou ao governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, a contrair grandes empréstimos para adquirir armamento pesado com o qual equipou a Brigada Militar do Estado, com o fim de dar o golpe militar que foi deflagrado em outubro de 1930, como é de conhecimento geral. Porém o que é bem menos conhecido é que a Brigada com seu armamento foi transferida para o Rio de Janeiro e com ele se armou o Exército Nacional. No Rio Grande do Sul ficaram as dívidas que deixaram as finanças em estado de insolvência e precipitaram o Estado numa situação da qual, de fato, jamais haveria de se recuperar.



Fig. 12: Banco Nacional do Comércio de Porto Alegre. Projeto de Theo Wiederspahn, de 1921, com reformulações Stefan Sobczak, em 1932.

Isso significou, na prática da arquitetura, uma situação de estagnação que foi acompanhada de uma regressão em termos de evolução da linguagem arquitetônica, com o ressurgimento das linguagens históricas. A falência de firmas tradicionais propiciou a reordenação das relações de poder com a afirmação de novas firmas construtoras que dispensavam a participação de arquitetos e os substituíam por desenhistas de grau médio. Pior que isso: com a aprovação da nova constituição em 1933, foi aprovado um dispositivo que impunha a regulamentação do exercício profissional de algumas profissões tidas como relevantes. Entre elas as de Engenharia que levou, de reboque, a arquitetura. Como a maioria dos arquitetos alemães havia se formado nos cursos emergenciais referidos no início deste texto, os mesmos não tiveram seus títulos reconhecidos apesar de terem comprovado a realização de cursos com cerca de 4.800 horas/aula enquanto os engenheiros civis de formação local que assumiram as diretrizes do mercado imobiliário tinham recebido sua atribuição profissional – pois segundo a legislação positivista em vigor, os cursos superiores não emitiam diplomas - em cursos de cerca de 1.200 horas/aula nos quais constava uma disciplina ilustrativa de história dos estilos arquitetônicos. Não cremos ser necessário qualificar o desastre que isso significou para a arquitetura local. O resultado imediato foi a debandada dos arquitetos para o interior do Estado, onde a fiscalização do recém-criado Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) era menos eficiente.

No entanto, apesar destas agruras, os projetos mais importantes continuaram a ser elaborados por estes profissionais que eram legitimados por um novo mal que passou a afetar o exercício da profissão: o acobertamento profissional que consistia em que os projetos passassem a ser assinados pelos donos das empresas construtoras com a omissão do nome do verdadeiro autor.

Estas transformações foram acompanhadas de outro aspecto nefasto: como o número de engenheiros civis não conseguia atender a demanda, o CREA foi forçado a encontrar uma forma de legitimar a atuação dos profissionais estrangeiros. Como o termo “arquiteto” não era usual na Alemanha e em seu lugar era empregado o designativo de “construtor”, depois de muitos revezes e confusões, todos os profissionais de formação no exterior receberam o qualificativo de “construtor licenciado” independente de sua formação específica. Se não fosse tão grave, a situação deveria ser qualificada de hilária. Por esta razão, os pesquisadores não devem ficar intrigados se encontrarem aberrações como a de especialistas em instalações elétricas ou agrimensores serem portadores de títulos de “construtor licenciado”.

Outra nefasta situação se criou com a ascensão dos regimes tota-

litários na Europa que conceberam uma arquitetura completamente descomprometida com a escala humana e voltada para um monumentalismo deplorável, destinado a festejar os excessos de poder dos ditadores de planção. Como esta arquitetura era de fácil imitação que nada mais requeria que uma régua T, um esquadro e um escalímetro para ser graficada, ela caiu como uma luva nas mãos de profissionais incompetentes. Esta arquitetura foi avalizada pelos militares que sustentavam o governo Vargas e que não escondiam suas simpatias pelo nazismo, enquanto os integralistas arrastavam suas asas para o lado do fascismo. Assim, rapidamente, este monumentalismo se tornou hegemônico, tanto nas obras de maior envergadura tanto no Rio Grande do Sul como em todo o país. Depois que o país foi obrigado pelos Estados Unidos a entrar em guerra no lado dos aliados, este descaminho da arquitetura foi silenciado, mas as obras que estão espalhadas por todo o país atestam a veracidade dos fatos.

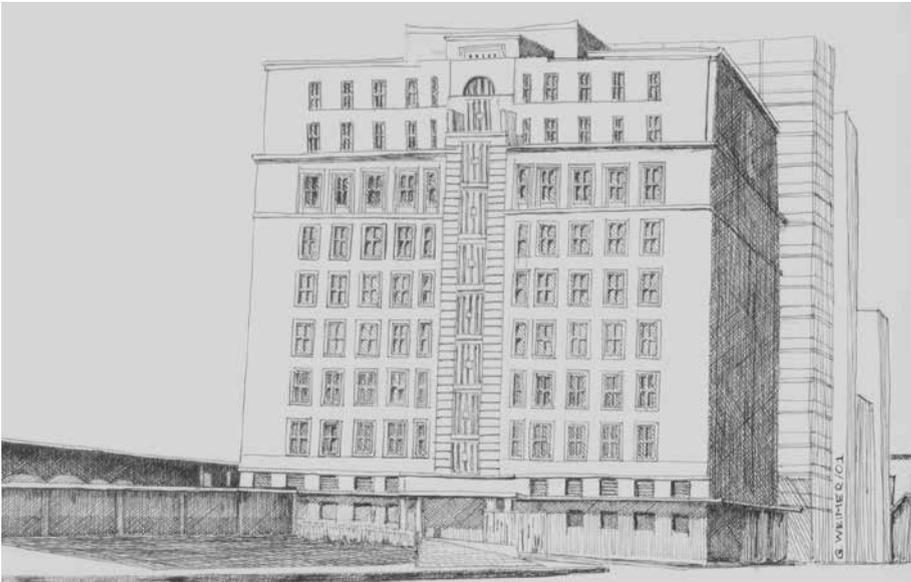


Fig. 13: Palácio do Comércio, projeto de Josef Lutzenberger, de 1936.

Vivendo sob condições de grande insegurança e drasticamente limitados em seu campo de atuação, não é de admirar que alguns arquitetos aderissem ao partido nazista e quando as relações com os Estados Unidos mostravam que a situação dos teutos e, em especial, dos alemães natos tendia a se tornar mais grave, uma porção optou por voltar a seu país de origem e outros tantos foram encarcerados ou recolhidos à Colônia Penal. Os que definitivamente não tinham qualquer envolvimento político tiveram seus arquivos confiscados e nunca mais devolvidos o que veio a se consti-

tuir num grave entrave para a reconstituição da história de suas atividades profissionais e, conseqüentemente, para a história da arquitetura de nosso país.

Anos depois do fim do conflito e na medida em que ia amainando o ódio insuflado contra os alemães, alguns destes arquitetos voltaram ao Brasil onde passaram a exercer suas atividades sob o resguardo dos nomes de grandes empreendedores imobiliários, sob a forma do acobertamento profissional que, nas condições da época, embora injusto, talvez se constituísse no melhor modo de sobreviver sem atropelos legais.

Como estes profissionais não seguiam o modernismo estabelecido pela ditadura estado-novista, suas atividades foram silenciadas o que fez levantar a concepção, totalmente deformada, de que a história da arquitetura brasileira se resumia às realizações barrocas do período colonial e às realizações da corrente modernista com base nas teorizações de Le Corbusier. Só em tempos muito recentes tem começado a aparecer estudos tentando examinar as realizações no longo período que se estende entre a abertura dos portos e o fim da II Grande Guerra.

No que tange aos arquitetos, durante a II Guerra, os mesmos permaneceram no ostracismo, dedicando-se a outras atividades para sobreviver. Alguns, devagar, foram voltando a projetar e a construir com severas limitações impostas pelo CREA, mas não mais conseguiram realizar obras de grande envergadura. Com o passar do tempo foram sendo ceifadas suas vidas e sendo substituídos por arquitetos de formação local onde a colaboração na docência de alemães foi limitada.

Dado o desprezo com que a obra destes arquitetos foi encarada, a maior parte de suas obras acabou por ser demolida em decorrência da aprovação de sucessivos Planos Diretores que não levavam em consideração obras patrimoniais sob o argumento de que as cidades tinham de crescer e não podiam ficar restritas a obras “provincianas”. O alargamento de ruas e, principalmente, a permissão de altos índices de aproveitamento fizeram com que edificações nem tão antigas fossem substituídas por espigões de avantajada altura que conduziram a situações que beiram o colapso da vida urbana, traduzido em congestionamentos cada vez maiores e num crescimento assustador da criminalidade e da insegurança.

Porém, seria injusto terminar estas considerações sem assinalar que nos últimos tempos vem fortalecendo um incipiente movimento de associação de moradores e de bairros e mesmo no âmbito da administração pública vem sendo tomadas iniciativas visando conter esta avassaladora onda de demolições. E, devagar, os nomes dos principais artífices das obras até então desprezadas começam a ser resgatados. As obras que con-

seguiram sobreviver a esta onda de indiscriminadas demolições, em decorrência, principalmente, da inércia do governo em atender às diretrizes de renovação urbana, começam a ser colocadas sob proteção estatal. E aqui é necessário fazer referência, pelo menos, aos nomes de alguns destes arquitetos.

O primeiro a ser lembrado é o de Theodor Wiederspahn, natural da cidade de Wiesbaden, na Renânia, cuja obra em sua cidade natal foi toda declarada de interesse histórico ou colocada sob proteção estatal o que em nosso país recebe a denominação de “tombamento”. Antes de sua vinda a Porto Alegre, em 1908, havia trabalhado em diversas outras cidades renanas onde é possível que tenha mais obras protegidas. Entre 1908 e 1915 trabalhou na firma de Rudolf Ahrons, que foi a empresa mais conceituada do estado naquele período, época em que realizou as obras mais importantes de sua carreira. Em dezembro de 1915 esta firma foi fechada em decorrência da Guerra e, com isso, foi perdido seu arquivo. Em razão disso se desconhece boa parte dos projetos nela realizados. Depois disso passou a trabalhar como autônomo ou em associação com construtores no interior do Estado.

Quando iniciamos nossas investigações, seu nome era quase totalmente desconhecido. A descoberta de seu arquivo permitiu fazer uma lista de mais de quinhentos projetos por ele realizados. Este número, com certeza é maior porque uma parte de seu arquivo foi confiscada pelo DOPS e nunca mais devolvida. Com os dados disponíveis foi possível identificar muitas de suas obras e hoje é o profissional no Estado que tem mais obras protegidas tanto na esfera federal (IPHAN), estadual (IPHAE) e do município de Porto Alegre (EPAHC). Com a constituição do MERCOSUL Cultural, a primeira obra a ser declarada Patrimônio desta instituição foi a escolhida a Ponte Barão de Mauá que liga a cidade de Jaguarão com Rio Branco, no Uruguai. Esta obra já havia sido declarada patrimônio histórico de país vizinha há muitos anos e em data mais recente, também do Brasil. Vale assinalar que esta ponte foi a maior obra de concreto armado da América Latina, em sua época. No inventário realizado para fins deste tombamento foi descoberto que Wiederspahn era o autor desta obra, sendo, portanto, o único arquiteto rio-grandense que possui obras tombadas em três países.

Franz Filsinger foi auxiliar mais direto de Wiederspahn na segunda fase de sua vida e, depois da falência deste, que aconteceu na construção da sede do Banco Nacional do Comércio, Filsinger passou a trabalhar como arquiteto independente e deixou muitas obras de relevo na linguagem da “objetividade”.

Hermann Otto Menchen precedeu Wiederspahn como arquiteto do escritório de Rudolf Ahrons, mas, por razões desconhecidas, deixou a

empresa para se tornar um arquiteto independente. Em seu currículo contam-se algumas das obras mais importantes da cidade, dentre as quais diversas obras em “arte nova”. Mais tarde, se estabeleceu em Santa Cruz do Sul, onde terminou seus dias.

Christiano (de la Paix) Gelbert foi o arquiteto chefe da Prefeitura Municipal de Porto Alegre numa época em que a mesma fez grandes empreendimentos na construção de escolas, hospitais e postos de saúde.

Josef Lutzenberger e Karl Adolf Heinrich Siegert foram dois arquitetos que vieram logo após a desmobilização da I Guerra. O primeiro realizou muitas obras religiosas e era um aquarelista cuja fama está muito aquém de seu verdadeiro valor. Siegert esteve ligado ao alto empresariado teuto e se responsabilizou por muitos palacetes nos bairros mais valorizados da cidade.

Gerhard (Karl Julius) Krause foi contratado como professor da Escola de Engenharia e realizou, possivelmente, os primeiros projetos “amebóides”, bem antes de Oscar Niemeyer ter realizado obras do gênero que o tornaram mundialmente famoso.

Karl Hartmann teve grande atuação junto aos empreendimentos de Anton Jacob Renner que foi um dos empresários mais bem-sucedidos do estado.

Arno Hugo Deppermann foi o arquiteto da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, cargo em que se responsabilizou pelos projetos das estações ferroviárias e obras complementares.

Esta lista poderia ser bem mais ampliada, mas a intenção destas indicações é apenas esboçar um perfil dos principais atores deste processo. Não temos dúvida que a fase mais exuberante da arquitetura no Rio Grande do Sul ocorreu no entorno da I Guerra Mundial, quando os arquitetos alemães dominavam o mercado profissional. As duas guerras mundiais foram os principais estorvos que contribuíram para a paulatina decadência desta influência. Mesmo assim, participaram ativamente da evolução da arquitetura, antecipando-se até mesmo em alguns aspectos como na implantação do modernismo por via da “objetividade” e experiências funcionalistas. Em certa medida, os teutos em geral e os arquitetos, no particular, se tornaram vítimas de suas próprias teorias. É sabido que a unificação da Alemanha foi feita, em grande parte, em torno do ideário do nacionalismo que começou a ser divulgado no Brasil nos entornos da I Guerra Mundial e se tornou uma unanimidade a partir da década de 1930. Então estas teorias se voltaram contra os teutos que passaram a ser vistos como sendo “quistos inassimiláveis” o que justificou o exercício de todo o tipo de violências contra seu patrimônio e sua cultura. A verdade é que os enfrentamentos foram

esmaecendo ao longo do tempo e a paz definitiva só foi selada em meados da década de 1970 quando foi comemorado o “Biênio da Imigração e Colonização” que aconteceu apesar de tenaz resistência de alas conservadoras que julgavam que a única corrente imigratória que deveria ser celebrada seria a dos açorianos.

CONCLUSÃO

No que tange à arquitetura, creio que as conclusões já foram delineadas. Hoje nos debatemos na confrontação entre os demolidores mais empedernidos que estão convencidos que o que rege a humanidade é o capital e, como tal, prédios históricos só se constituem em entraves para o desenvolvimento. Na mesma medida organizam pomposas viagens de turismo para visitar a Europa para “tomar banho de cultura” enquanto, em nosso país, agem como vândalos. Mas, ao mesmo tempo, vemos com muito otimismo que a sociedade começa a se organizar em torno da reivindicação de seus direitos de cidadania onde o usufruto de sua própria história passa a ser um elemento focal.

E, para concluir, queremos fazer algumas reflexões em torno da questão se valeu a pena emigrar. Pelos dados levantados, verifica-se que a vinda destes profissionais aconteceu em sucessivas ondas que tinham uma correspondência com perturbações internas na Europa Central. A contratação dos mercenários decorreu do movimento da Restauração que cerceou a formação de tropas sob contrato como forma de evitar problemas havidos com as legiões estrangeiras de Napoleão I. Disso decorreu o desemprego de militares que tradicionalmente integravam exércitos em toca de soldados. Seu engajamento no exército brasileiro se constituiu numa alternativa ao desemprego. Isto pode ser comprovado pela vinda de pessoas de alto status social e no fato de que foram raros os que voltaram depois de expirados o período estipulado em contratado. Com certeza, as tarefas que lhes foram oferecidos na vida civil eram mais atrativas que as perspectivas que a Alemanha podia oferecer.

No que tange à arquitetura erudita, as evidências são bem difíceis de serem avaliadas. No período que precedeu a I Guerra foram as condições favoráveis da economia local associadas com as demandas do empresário enriquecido que favoreceram a vinda. A destruição em massa das cidades alemãs no conflito deu muito emprego aos arquitetos de lá, mas a prostração decorrente da guerra perdida e as humilhantes condições impostas pelo Tratado de Paris colocavam em dúvidas o futuro da nação e

os que aqui chegaram encontraram condições muito mais propícias para o desenvolvimento profissional. Lá as cidades cresciam suavemente; aqui elas explodiram em habitantes e em construções. Isto evidencia que, apesar dos percalços – que lá também existiram – aqui os mesmos encontraram muito melhores condições de exercício profissional.

REFERENCIAS

- AHRONS, Wilhelm. Colégio Militar, segundo projeto de Wilhelm Ahrons, de 1882. [S.l.: s.n.]
- BUFF, Johann Martin. Colégio Militar de Rio Pardo. [S.l.: s.n.], 1850.
- CERVEJARIA Boop. [S.l.: s.n., s.d.].
- FILSINGER, Franz. Residência A. D. Aydos. [S.l.: s.n., s.d.].
- HEYDTMANN, Friedrich. Mercado Público de Porto Alegre. [S.l.: s.n.], 1882.
- MENCHEN, Hermann Otto. Colégio Militar de Porto Alegre. [S.l.: s.n., s.d.].
- SIEGERT, Adolf Heinrich. Palacete de Carlos Barth. [S.l.: s.n.], 1926.
- WEIMER, Günter. A Vida Cultural e a Arquitetura na República Velha Rio-Grandense. Porto Alegre: EdPUCRS, 2003.
- _____. Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul, 1892-1945. Santa Maria: EdUFSM, 2004.
- _____. Arquitetos e Construtores Rio-Grandenses na Colônia e no Império. Santa Maria, EdUFSM, 2006.
- _____. Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 2004.
- _____. Arquitetura Popular da Imigração Alemã. Porto Alegre: EdUFRGS, 2005.
- _____. Banco Nacional do Comércio de Porto Alegre. Projeto de Theo Wiederspahn, de 1921, com reformulações Stefan Sobczak, em 1932. [S.l.: s.n., s.d.].
- _____. O empório comercial de Nicolau Ely, projeto de Theo Wiederspahn, de 1922. [S.l.: s.n., s.d.].
- _____. Origem e evolução das cidades rio-grandenses. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.
- _____. Palácio do Comércio, projeto de Josef Lutzenberger, de 1936. [S.l.: s.n., s.d.].

- _____. Sínteses Rio-grandenses: Arquitetura. Porto Alegre: EdUFRGS, 2006.
- _____. Theo Wiederspahn, arquiteto. Porto Alegre: EdPUCRS, 2009.
- _____. Usina do Gasômetro, projeto de Anton Floderer & Robert Prentice, de 1924. [S.l.: s.n., s.d.].